— A correção monetária resulta da desvalorização da moeda, enquanto que a multa constitui penalidade e a aplicação desta não exclui aquela.

— A correção monetária deve incidir sobre o líquido do impôsto, excluído qualquer acessório.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Fazenda do Estado *versus* Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas

Recurso extraordinário n.º 69.650 — Relator: Sr. Ministro

DJACI FALCÃO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, na conformidade da ata do julgamento ao recurso, em parte, para admitir-se a correção monetária apenas sobre o líquido do impôsto.

Brasília, 13 de outubro de 1970. — *Aliomar Baleeiro*, Presidente. — *Djaci Falcão*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro *Djaci Falcão* — O despacho do ilustre Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça esclarece a matéria debatida, pelo seguinte modo: “Vistos, etc.

I. A Fazenda Pública Estadual moveu executivo fiscal, na Comarca de Juiz de Fora, contra a Cia. Têxtil Bernardo Mascarenhas para receber a importância de Cr\$ 289.718,17 proveniente do impôsto sobre vendas e consignações incidentes em vendas efetuadas no ano de 1966, e mais adicionais, multas e correção monetária. Mal iniciada a ação, houve composição entre o fisco e a executada, para pagamento parcelado da

dívida, com redução da multa para 30% e exclusão da correção monetária e de adicional de 20%, sendo o acôrdo homologado pelo despacho de fls. 17-v.

Deixando porém a executada de pagar a 2.ª prestação, convencionada, prosseguiu a executiva, com penhora de bens, embargos e impugnação, audiência de instrução e julgamento, proferindo o MM. a sentença de fls. 58, dando como procedente a ação condenando a executada a pagar a importância de Cr\$ 146.887,11, na forma do acôrdo homologado e descontada a parcela paga.

Não conhecendo dos recursos voluntários (fls. 82) e provendo o recurso oficial, em parte, a eg. Segunda Câmara Civil, adotando o voto do preclaro Relator, condenou a executada a pagar a quantia de Cr\$ 273.397,38.

Declara o aresto recorrido:

“A sentença de fls. 58 julgou procedente a ação, com fundamento no acôrdo homologado a fls. 17-v., mas o fêz esquecida de que o precitado acôrdo fôra rompido por culpa da própria apelada, que não efetuou o pagamento senão da primeira das dez prestações a que se obrigara a efetuar em data certa. Como se vê do acôrdo de fls. 9 e da autorização de fls. 18, a falta de cumprimento

para a cobrança do *total* do débito, naturalmente, e não mais daquele celebrado para o pagamento amigável, que se frustrou. O total do débito era de . . . Cr\$ 289.718,17, como está na inicial, mas a apelada, com a primeira prestação do malogrado acôrdo de fls., efetuou pagamento parcial de Cr\$ 16.320,79 (fls. 19), reduzindo, assim, o seu débito para Cr\$ 273.397,38, que é o *quantum* por ela devido e cujo pagamento deverá efetuar para o apelante. Não há falar em correção monetária, porque incluiu-se no débito a multa de 100%, o que por si só excluiria qualquer correção”.

Inconformada, a Fazenda Pública Estadual manifestou recurso extraordinário, com amparo no art. 114, letra *a*, inc. III, da Constituição do Brasil, uma vez que a decisão recorrida contrariou o disposto no art. 8.º, item XVII, letra *c*, combinado com o § 2.º do mesmo artigo, bem como o § 2.º do art. 97 da Lei federal n.º 5.712, de 25/10/66 (Código Tributário Nacional), desenvolvendo longa fundamentação no sentido de que a executada deve pagar a dívida fiscal cobrada, com correção monetária.

Não foi impugnado o recurso, fls. 103.

II. Se incensurável a decisão recorrida ao prover o recurso oficial, determinando que a executada pagasse a dívida pelo *quantum* pedido na inicial, deduzida apenas a soma referente à 1.ª prestação do acôrdo homologado e por ela descumprido, — parece-nos, todavia, que não foi tão exata ao fundamento da exclusão da correção monetária, porque estava previsto o pagamento do débito com a multa de 100%, acréscimo reconhecido em favor da recorrente.

Argumenta a recorrente com justeza: a multa não excluiu a correção monetária; aquela traduz uma penalidade, enquanto esta significa tão-sòmente a revalorização do débito (fls. 101). E, nesse sentido, os esclarecidos magistérios trazidos à colação e publicados na *R.D.A.* n.º 81/444 e 92/370.

III. Acolhendo os fundamentos expostos, na interposição do recurso ex-

traordinário, admitindo-o, porquanto se me afiguram incontestes os pressupostos do permissivo constitucional invocado, submetendo-o à apreciação do Pretório Excelso.

Vista às partes, sucessivamente, para oferecimento de alegações escritas dentro do prazo legal.

Int.

Belo Horizonte, 27 de outubro de 1969. — *Gentil Guilherme de Faria e Souza*, Presidente (fls. 104-105).

Com as razões de fls. 107-111, e o decurso do prazo das contra-razões, sem a sua apresentação, subiram os autos a esta Còrte. A Procuradoria-Geral da República emitiu o seguinte parecer:

“Assunto: Correção monetária de débito fiscal. Sua aplicação apenas sòbre o líquido do impòsto devido, excluídos os acessórios.

1. Versa o presente recurso apenas sòbre a parte do *v. acórdão* que exclui da incidência da correção monetária o débito fiscal.

2. De tóda a procedência a argumentação da recorrida, inclusive no sentido de que a correção visa, apenas, a atualizar o valor monetário do impòsto.

3. Apresenta-se pacífico na doutrina, no entanto, que a correção monetária deve incidir só sòbre o líquido do impòsto, excluídos seus acessórios.

4. Manifestamo-nos, assim, pelo conhecimento e provimento do presente recurso, a fim de que se reconheça a incidência da correção monetária apenas sòbre o líquido do impòsto devido.

Brasília, 27 de abril de 1970. — *Emmanuel Arraes de Alencar*, Procurador da República. Aprovo: *Oscar Corrêa Pina*, Procurador-Geral da República, substituto” (fls. 117-118).

VOTO

O *Sr. Ministro Djaci Falcão* (Relator) — O aresto recorrido entendeu que não se impunha a correção monetária, uma vez que foi incluído no débito a multa de 100%, ficando, assim, excluída qual-

EXTRATO DA ATA

quer correção. Com tal exegese, na verdade, repudiou o § 2.º, do art. 97, do Código Tributário Nacional, segundo o qual “não constitui majoração de tributo, para os fins do disposto no inc. II d’este artigo, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo”. A correção monetária resulta da desvalorização da moeda, enquanto a multa constitui uma penalidade. Todavia, é de convir que, segundo assinala com acerto o parecer da Procuradoria-Geral, a correção monetária deve incidir sobre o líquido do imposto, excluído qualquer acessório.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso para reconhecer a legitimidade da correção monetária, nos termos em que ficou exposta.

RE 69.650 — MG — Rel., Ministro Djaci Falcão. Rcte., Fazenda do Estado (Adv., Ceres Nontes Guerra). Recda., Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas (Ad., Michel Bechara).

Decisão: À unanimidade, provido em parte para admitir-se a correção monetária apenas sobre o líquido do imposto.

Presidência do Sr. Ministro Aliomar Baleeiro. Presentes à sessão os Senhores Ministros Amaral Santos, Barros Monteiro, Djaci Falcão e o Dr. Oscar Corrêa Pina, Procurador-Geral da República, substituto. Licenciado, o Senhor Ministro Luiz Gallotti, Presidente.